

## PESCA ARTESANAL FEMININA NA COMUNIDADE PORTO GRANDE - SÃO JOÃO DA PONTA (PA)

Adriane Karina Amin de Azevedo <sup>1</sup>

Sérgio Cardoso Moraes <sup>2</sup>

### Resumo

A comunidade Porto Grande, localizada no município de São João da Ponta (Pará), possui um número considerável de mulheres trabalhadoras da pesca artesanal que reclamam seu reconhecimento por meio do seu trabalho. A relação entre mulher e pesca vem ganhando contornos na literatura acadêmica desde a década de 1980; isso tem conduzido a superação do entendimento da pesca como atividade exclusivamente masculina e abrindo caminho para a consideração do trabalho feminino. A referida comunidade tem como uma de suas peculiaridades, a existência de mulheres que tiram seu sustento econômico da pesca de diversos tipos e que mesmo diante das condições difíceis que caracterizam a atividade, são capazes de enfrentar as adversidades para garantir o sustento familiar. Sendo assim, temos como objetivo do presente artigo analisar a pesca artesanal feminina na Comunidade Porto Grande, identificando os tipos de pesca e técnicas, além de fatores socioambientais que influenciam na atividade pesqueira.

**Palavras-chave:** mulher, tipos de pesca, trabalho, reconhecimento.

### INTRODUÇÃO

De acordo com Silva (2008) a percepção que os indivíduos têm do seu entorno, reflete na forma como modificam o espaço conforme suas necessidades, surgindo, portanto, o imperativo de se discutir a relação sociedade e natureza por meio do entendimento de como essa imbricação é percebida e vivenciada pelos seres humanos, bem como suas consequências na configuração das relações sociais.

A relação estabelecida entre sociedade e natureza pressupõe, sobretudo na atualidade, o trato com os recursos naturais existentes indispensáveis a sobrevivência humana. Essa relação se constitui como fruto de um longo processo histórico entre sociedade e natureza mediado pelo trabalho humano no contato com as relações sociais existentes em cada período.

Como defende Leff (2001), as práticas produtivas que dependem do meio ambiente e, evidentemente, da estrutura social, engendram formas de percepção e técnicas específicas de apropriação e transformação da natureza.

No sistema econômico vigente as relações de exploração entre os homens e a natureza foram intensificadas, pois na medida em que aumenta a exploração da força de trabalho aumenta a exploração da natureza, levando a configuração de modo de produção insustentável social e ambientalmente.

Fenzl (2009) afirma que a lógica utilitária é a primeira sobre a qual o ser humano se

<sup>1</sup> Especialista em Educação para a Gestão Ambiental (PRO-FIMA-NUMA-UFPA).  
e-mail: drikazvdo@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Prof. Dr. em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Diretor o Núcleo de Meio Ambiente da UFPA.  
e-mail: scmoraes@ufpa.br

baseia desde que a relação custo-benefício esteja favorável para si mesmo, assim sendo do colonialismo à economia capitalista atual. Essa postura seria resultante de um referencial construído sobre interpretações equivocadas da natureza e da ideia de infinitude dos recursos naturais, acarretando consequências sociais e ambientais.

Reconhecer a desigualdade da relação entre a sociedade e a natureza no atual período, requer, sobremaneira, aceitar a insustentabilidade do modo de produção vigente e a busca por alternativas que sejam salutares aos seres humanos e conseqüentemente a natureza, uma vez que o uso irracional dos recursos medido por meio da relação exploratória entre homem e natureza vem conduzindo à escassez dos recursos naturais.

Nesse contexto, podemos analisar o uso dos recursos pesqueiros, pois como destaca Silva (2007), a preocupação com o pescado é uma realidade para a sociedade na medida em que se trata de um recurso natural cujo consumo aumenta conforme a demanda do mercado por pescado (SILVA, 2007).

A atividade pesqueira é considerada uma das mais antigas atividades sociais e econômicas, permeando toda a história da humanidade. Para Cardoso (2001), a natureza é o objeto do trabalho do pescador, apropriada materialmente por meio da técnica e simbolicamente pelos sistemas cognitivos construídos socialmente.

Isso torna notória a relação estabelecida entre homem e natureza por meio da apropriação dos recursos naturais, no caso, os recursos pesqueiros, aqui compreendidos de acordo com a lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 como os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura.

Partindo dos recursos pesqueiros, buscamos centralizar nossa análise sobre a pesca, vislumbrada conforme a definição dada pela Lei nº 11.959 de 2009, como toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros.

Também de acordo com essa lei, a pesca é classificada como **comercial**, compreendida em: a) artesanal - praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte; e b) industrial - praticada por pessoa física ou jurídica, envolvendo pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial; também compreendida como **não comercial** desmembrada em a) científica – quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica; b) amadora - quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou apetrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto; e c) de subsistência - quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando apetrechos previstos em legislação específica.

Para tanto, temos como objetivo do presente artigo analisar a pesca artesanal feminina na Comunidade Porto Grande localizada no município de São João da Ponta (Pará) – figura 1, identificando os tipos de pesca, as técnicas utilizadas e os fatores socioambientais que influenciam na atividade pesqueira.



Figura 1: mapa de localização da Resex de São João da Ponta

De acordo com Cunha *et. al.* (2010) nas comunidades tradicionais que realizam a pesca artesanal são estabelecidas relações familiares que configuram ou negam a participação de seus membros na ampliação e legitimação da renda. Assim, embora a mulher esteja inserida na pesca, o trabalho feminino ainda não conquistou o devido reconhecimento social e econômico.

Embasados em Maneschy (1995) os referidos autores apontam que tal assertiva provém do discurso de que a pesca seria uma atividade masculina por se tratar de um trabalho que exige força, habilidade e coragem para enfrentar as intempéries da natureza e ainda pela presença feminina ser considerada proibida nos períodos menstruais e no puérpério como exposto pelos autores por meio de Maldonado (1986).

Todavia, na Comunidade Porto Grande (São João da Ponta – Pará), foram entrevistadas 11 (onze) mulheres com idade entre 20 (vinte) e 42 (quarenta) anos. Mulheres que vem conquistando reconhecimento e subsidiando seu sustento e da família por meio da pesca.

A referida comunidade pertence a Reserva Extrativista Marinha do município de São João da Ponta, o qual está localizado na mesorregião do nordeste paraense e microrregião do salgado, tendo como acessos principais a rodovia PA-136 (Rodovia Castanhão - Curuçá) e PA-375.

De acordo com Ferreira *et. Al* (2011), o município de São João da Ponta, desmembrado do município de São Caetano de Odivelas e criado por meio da Lei Estadual nº 5.920 de 27 de dezembro de 1995, possui uma área urbana de quase 5.000 m<sup>2</sup>, além de 5 comunidades Polos: Porto Grande, Deolândia, Cidade, Bom Fim e Guarajuba. A agropecuária constitui-se na principal classe de uso da terra com uma extensão de aproximadamente 45,3 Km<sup>2</sup>, 22,3% do município. A RESEX corresponde a aproximadamente 13% da área total do município sendo formada por um grande manguezal estuarino, com enorme biodiversidade e produtividade, do qual as pescadoras da comunidade Porto Grande buscam contribuir com o sustento do grupo familiar por meio da pesca exercida na área estuarina e no ecossistema de manguezal.

O ecossistema de manguezal é muito importante para o equilíbrio da biodiversidade, porém é um dos ecossistemas da zona costeira mais impactados pela ação humana, exigindo medidas de gestão de conservação com intuito de preservar esse berçário natural, considerado Área de Preservação Permanente (APP) conforme a Lei 12.651 de 25 de maio de 2012 que instituiu o novo Código Florestal Brasileiro.

Os manguezais são ambientes litorâneos altamente especializados cuja vegetação é caracterizada pela presença de espécies que apresentam uma notável adaptação às condições limitantes do meio intertidal, os quais passam a colonizar (PROST e RABELO, 1996). De acordo com as autoras, no nordeste do Pará, os manguezais constituem um traço comum da paisagem, cobrindo grandes superfícies nas margens das baías e estuários. Nas áreas de mangue do município de São João da Ponta, encontram-se *avicennias* (siriúba), *Laguncularia racemosa* (tinteiro) e *Rhizophoras*, conhecidas como mangueiro/mangal.

Para realização da pesquisa adotamos como metodologia o desenvolvimento de entrevistas semi estruturadas com as mulheres pescadoras da Comunidade Porto Grande. As entrevistas foram sistematizadas e organizadas. Além disso, foi realizada revisão de literatura referente à temática em questão.

## ENFOQUES TEÓRICOS SOBRE A PESCA

Silva (2006, 2007, 2012), visando contribuir com o ordenamento territorial pesqueiro no estado do Pará, partiu em 2006, das categorias modo de vida e território para analisar como se apresentava o modo de vida e a territorialização dos pescadores do rio Itaquara, localizado no município de Breves, estado do Pará. Verificando também, a percepção territorial dos pescadores participantes da Colônia de Pescadores Z-62 e o papel dos organismos responsáveis pela fiscalização e monitoramento da extração dos recursos aquáticos no espaço estudado.

Nesse momento, constatou que o modo de vida, a organização social, os apetrechos, as embarcações e a forma como os pescadores do rio Itaquara produzem o seu espaço tem íntima relação com a utilização dos recursos naturais.

Com isso, analisou a percepção ambiental-territorial, revelando as territorialidades existentes através da cartografia. Para além, verificou que as instituições responsáveis pela fiscalização da atividade pesqueira não reconheciam as territorialidades existentes entre os pescadores, ou seja, os territórios pesqueiros, porque se baseiam em uma normatização que não considera a cultura dos pescadores enquanto elemento definidor dos territórios de pescas.

Em trabalho finalizado em 2012, Silva, C.N, verificou e discutiu sobre a viabilidade do uso de geotecnologias no atual modelo de ordenamento pesqueiro que se observa na região amazônica, buscando entender como esse ordenamento territorial na pesca pode integrar geotecnologias, informações sobre equipamentos de pesca utilizados na captura do pescado, conhecimento de pescadores e a legislação brasileira vigente.

As pesquisas realizadas na baía do Caeté e no rio Itaquara, ambos no estado do Pará e com a utilização de técnicas de geoprocessamento sobre produtos do sensoriamento remoto permitiram mapear o momento dinâmico de algumas relações sócio-espaciais e estruturais por que passa a pesca (SILVA, C. N, 2012).

Outros estudos de considerável relevância sobre a pesca são os de Moraes (2005, 2011). Os trabalhos desse autor tratam principalmente, dos saberes da pesca pautados na tradição e transmitidos ao longo das gerações. Por meio do levantamento e descrição das técnicas de pesca, Moraes (2005) analisou os saberes utilizados pelos pescadores. Para

isso, teve como recorte espacial a Lagoa de Piató, localizada no município de Assú - Rio Grande do Norte e os municípios de Abaetetuba e Igarapé - Miri, ambos pertencentes à região do Baixo Tocantins - Pará.

Considerou nesse estudo que a universalização dos saberes construídos por populações pescadoras faz com que a pesca seja uma atividade baseada em uma lógica própria de um estilo de vida; a criatividade emerge do local e das singularidades das sistematizações vivenciadas e que o fantástico e o mítico fazem parte de seu universo e muito contribuem nas práticas de pesca.

Diante, especialmente, do saber dos pescadores pautados na tradição, o autor levantou dois questionamentos que acabam por ser tornar duas proposições ao colocar em pauta a importância dos saberes desses atores e a necessidade de torná-los reconhecidos enquanto conhecimento legítimo.

Tendo como objeto de investigação o Lago Segredo e as histórias vividas e narradas por pescadores artesanais da Comunidade Segredinho (Capanema - Pará), Cunha (2011) analisou o território de pesca enquanto território simbólico por meio das práticas cotidianas dos pescadores artesanais e as formas de relação com os elementos naturais, visando subsídios para contribuir com o ordenamento pesqueiro do espaço em questão, além de investigar a importância dos saberes da pesca, identidade, tradição e representação social para os pescadores locais.

A autora constatou que o território é compreendido como espaço de trabalho, moradia, sobrevivência e sociabilidade, estabelecendo-se nas relações intersubjetivas do cotidiano e formando um processo de aprendizado da memória social, das tradições culturais, dos saberes imaginários e representações produzidas e comunicadas oralmente nas práticas cotidianas sociais.

Além disso, constatou que o território dos pescadores da região analisada vai além da estrutura econômica, apresentando um sentimento de pertencimento e uma relação sociedade e natureza marcada pelo conhecimento baseado na observação e nos ensinamentos das gerações mais experientes, proporcionando a compreensão e a apreensão do espaço vivido, perfazendo um território simbólico através das trocas de saberes.

As produções apresentadas abordam a pesca por meio, principalmente, da relação estabelecida entre sociedade e natureza, produzida cotidianamente pelos pescadores através dos saberes adquiridos ao longo das gerações, como também pelo modo de vida, costume, tradição, percepção e territorialidade.

Outros estudos como os de Fassarela (2008), Cunha *et. al* (2010) Cunha *et. al* (2012) destacam a identidade ressaltando a questão de gênero. Fassarela (2008) por meio do resgate da história de vida trata da trajetória de mulheres que atuam na pesca na Vila São Miguel no município de Rio Grande (estado do Rio Grande do Sul) tendo como enfoque suas percepções e interações estabelecidas no processo de trabalho. Constatou que a presença da mulher na pesca ainda é marcada por diversos obstáculos que impedem o reconhecimento de seu trabalho enquanto atividade produtiva, considerada apenas como uma atividade complementar que serve de ajuda ao homem e contribui na renda familiar, identificando por parte das mulheres uma noção de desvalorização do seu trabalho, principalmente, pela baixa remuneração.

Já Cunha *et. al* (2010) analisou a participação feminina na pesca no lago de Segredinho (Capanema- PA), visando entender o papel econômico e social da atividade feminina para a comunidade, verificando também os impactos socioambientais da atividade feminina, além de observar a relação cultural existente entre a comunidade e o lago.

Durante a pesquisa, os autores verificaram que as mulheres da comunidade têm uma

grande preocupação com o lago, local de realização pesca, manifestando preocupação com a garantia dos recursos para sua sobrevivência e reconhecendo a dependência com a biodiversidade no seu entorno.

Perceberam também que os costumes tradicionais como os instrumentos utilizados, respeito aos mitos locais, suspensão da atividade durante o período de defeso, consumo equilibrado dos peixes extraídos, exercem grande influência na preservação do lago, demonstrando que a pesca feminina no Segredinho busca o equilíbrio com a natureza para manter vivo seu conhecimento, seus valores e sua cultura.

Em relação ao gênero, os autores vislumbraram que apesar de ainda existir o preconceito e a limitação, as mulheres da comunidade de Segredinho vêm desmistificando a ideia que a pesca é uma atividade unicamente masculina com o crescimento considerável do quantitativo de profissionais do sexo feminino na atividade pesqueira, enfrentando as adversidades da profissão para subsidiar a subsistência familiar, retirando do lago apenas os peixes suficientes para seu consumo, respeitando o período de reprodução das espécies e utilizando o conhecimento tradicional no seu trabalho cotidiano.

Objetivando fomentar a participação social das mulheres pescadoras no processo de gestão e instigar a criação de instrumentos coletivos que promovam o desenvolvimento local da comunidade do Lago Segredinho (Capanema – Pará), Cunha *et. al* (2012) debateram como vinha sendo fomentado a construção de organizações coletivas enquanto elementos de consolidação e envolvimento da presente comunidade na busca por soluções visando o desenvolvimento local, através do processo de gestão implementado no espaço analisado. Os resultados ratificaram a necessidade de criação e fortalecimento de organizações como a colônia de pescadores ao contribuírem para a gestão, garantindo a reprodução social dos trabalhadores do setor pesqueiro artesanal local.

O enfoque no gênero tem demonstrado que apesar da participação da mulher na atividade pesqueira ainda ser objeto de preconceito vem ganhando destaque e abrindo caminho para o reconhecimento dos direitos dessas trabalhadoras.

## **ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE MULHER E PESCA NA COMUNIDADE PORTO GRANDE - SÃO JOÃO DA PONTA (PARÁ)**

A comunidade Porto Grande é considerada um dos polos mais importantes do município de São João da Ponta. Ela apresenta de acordo com levantamento de campo realizado em fevereiro de 2014 um número considerável de mulheres que vivem da pesca, principalmente, da extração do caranguejo. Ressaltamos que no âmbito das comunidades rurais do município de São João da Ponta, a localidade em questão apresenta o maior número de mulheres desenvolvendo a pesca artesanal. São mulheres que executam várias atividades, visando o sustento da família, mas que ainda sim não tem o devido reconhecimento pelo seu trabalho, como relatado pela pescadora R. S. R. M., 42 anos:

*Porque elas acham assim que elas tão sendo desvalorizada, aí elas acham que só os homem que tem direito. Como eu sempre digo pra elas, não é desvalorizando os homem, mas as mulher tem os mesmo direito que os homem. Agora, já tem essa lei que os direito são iguais, então, tem questão que nós mulheres procure nossos direitos. Conversando comigo, elas disseram por que eles não veem fazer pesquisa com a gente só é com os homem? (R. S. R. M., 42 anos).*

As atividades ocorrem de forma sazonal, demonstrando como a dinâmica da natureza se relaciona diretamente com a vida das pescadoras do Porto Grande. No “verão

amazônico” (período menos chuvoso que se estende de junho a dezembro) desenvolvem como atividade principal a extração do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus* L., 1763) e representa de acordo com Almeida (2012) um dos mais importantes componentes da fauna dos manguezais brasileiros, constituindo a fauna semi-terrestre, ao passar parte da vida (fase larval) dentro d’água.

O siri é capturado por meio de um objeto identificado como puçá que a senhora R. S. R. M., 42 anos define como “uma redezinha, só que tem um aramezinho e embaixo tem uma redezinha assim no fundo, coloca a isca que é o peixe, um peixe também próprio pra pegar ele , aí vai colocando, afundando na beirada, aí vai só de canoa colocando, na volta já vem trazendo o puçá de volta, já pegando. Tem puçá que pega dois, tem puçá que a gente pega três, cinco, só num puçá” (R. S. R. M., 42 anos).

*O siri é com puçar, faz com esses plástico azul, põem a pedra no fundo com arame na beirada dele na parte de cima, fica tipo uma rede, só que ela fica fechada, aquele saco assim, aí fica a pedra no fundo, aí amarra uma corda aqui assim tudinho, põem a isca, aí põem dentro da água, aí vai colocando na beira tudinho, depois vem da onde começou a jogar, aí vem puxando. O siri entra e fica preso (E. S. S, 34 anos)*

O camarão é capturado em menor quantidade por ser tratar de uma atividade desenvolvida durante a noite. Ele também é capturado com o puçá. Já a pesca do peixe é realizada segundo a pescadora D. F. S, 40 anos de acordo com o período do ano: “pra gente pegar o peixe de linha de mão é mais no verão, no inverno a gente não pesca muito, é mais de tiradeira” (D. F. S, 40 anos). A tiradeira é caracterizada segundo as pescadoras:

*Como um bocado de anzol, aí fica uma boia do lado daqui com uma pedra, outra do lado de lá, aí fica lá com isca, umas horas assim a gente vai vê, aí pega o peixe” (E. S. S, 34 anos).*

*Ela é numa linha, num fio que é chamado rabo de tatu. Coloca o anzol, aí estica assim, vai vendo as metragens. Aí espicha e vai jogando na maré. Tem que ficar reto na maré, no rio, é bem espichado. Aí o peixe vai lá come e já fica ali ferrado” (D. F. S, 40 anos).*

Os principais instrumentos utilizados na pesca do peixe são a tiradeira, linha de mão e rede. A linha de mão é definida por Cunha (2011) como um ou dois anzóis presos por um fio de náilon, podendo ser acompanhado de pequenos pesos (chumbo) para facilitar a descida na água. Já a rede pode ser identificada como rede de espera, pois segundo a pescadora E. S. S, 34 anos é toda “apedrejada” de náilon ou de plástico (pedra fazendo peso presa por cabos), fica no fundo do rio e coloca num dia e colhida somente no seguinte. Ressaltamos que a linha de mão é mais utilizada no verão, enquanto que a tiradeira é utilizada no inverno.

As espécies de peixes mais capturadas são Pescada-amarela (*Cynoscion acoupa*), Piramutaba (*Branchyplatystoma vaillant*), Dourado (*Brachyplatystoma flavicans*), Piaba (*Leporinus frederici* Bloch), Bandeirada (*Felichitys Marinus*), Tainha (*Mugil cephalus*), Peixe-pedra (*Synanceia verrucosa*), Pacamum (*Paulicea luetkeni*), Cangatã (*Aspistor parkeri*), Bagre (*Bagre marinus*).

Algumas mulheres da comunidade Porto Grande também tiram seu sustento econômico da extração do turu, principalmente durante o “inverno amazônico”.

*A gente tira também negócio de turu, sobrevive também de turu, eu vou com ele (marido), ele tira bastante turu, pessoal vem de Belém, Castanhal, qualquer lugar, vem encomenda dele, a gente vai e tira, quando a gente não vai pro mangal tirar o caranguejo, a gente vai, tira o turu. Parte o pau pra poder tirar o turu, tira negócio de dois, três litros, conforme a pessoa quer. É assim que a gente sobrevive aqui porque não tem outro serviço” (E. S. S, 34 anos) .*

*O turu que a gente tá tirando é pra vender. Tem um senhor ali de São João da Ponta vem comprar turu da gente. Ele já tá fora de época porque quando cai muita chuva assim, ele fica ensoso , fica sem graça, aí ele perde o valor dele, só que eles vem atrás, encomenda pra gente, a gente vai, pega e tira, seis, sete litros. [...] A gente parte o pau, aí deixa ali uns minutinhos ali pra ele morrer, a gente vai e tira com a mão mesmo. Às vezes, a gente bate a lasca pra ele cair. Aí depois que a gente enche as vasilha, vai pra canoa, pega uma ferpazinha, aí vai limpando ele, abre ele, lava na água e coloca na vasilha” (L. A. C, 34 anos).*

Identificamos também, a extração do mexilhão. Apesar de ter sido relatado por um número pequeno de mulheres, apresenta-se como mais uma alternativa às mulheres da comunidade para gerar renda e consumo próprio para família. A forma de extração foi relatada pela entrevistada E. S. S, 34 anos:

*Tem um lugar pra li que é nas pedras que dar, só que aí quando é nas pedras é no fundo, a gente tem medo de mergulhar, a gente vai com ele (marido), ele vai tira de lá, mergulha, tira do fundo, põem na beira e a gente vai catar porque ele dar uma coisa grandão assim de barro, limpando ele tudinho pra poder colocar no saco, no peneiro” (E. S. S, 34 anos).*

O tipo de embarcação utilizada pelas pescadoras é canoa pequena ou média; própria, familiar, alugada, emprestada como apresentado no gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1: Situação da embarcação



Fonte: elaborado e organizado pelos autores

A pescaria é realizada em parceria com familiares (pai, irmãos) ou amigos. Todas as mulheres trabalham em regime de parceria. Isso contribui para o processo de sociabili-

dade dos moradores da comunidade, principalmente, entre as pescadoras como relata E. S. S, 34 anos.

*A gente pesca, a gente deixa a linha na água, a gente já vai pro mangal, quando vem puxa a linha, cozinha o peixe, é uma coisa até bom. Convida a família, os moleques, todo mundo da família, vamo embora pro mangal, chega lá a gente cozinha o peixe, borá começou é assado e cozido, uma cervejinha do lado, é bom, é bom, por um lado” (E. S. S, 34 anos).*

O pescado é utilizado para consumo das famílias e para gerar renda para as mulheres que contribuem na manutenção do grupo familiar. Como observado no gráfico 2, o pescado destina-se principalmente para o consumo e para comercialização.

Gráfico 2: Destino do pescado



Fonte: elaborado e organizado pelos autores, 2014

Constitui-se na fonte de renda dominante, pois 55% das pescadoras não exercem outra atividade além da pescaria. Isto se reflete no registro da pesca, pois 60% das pescadoras entrevistadas possuem registro de pesca, certificado por meio da Instrução Normativa MPA Nº 6 DE 29/06/2012 que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de Pescador Profissional no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura.

A maioria das trabalhadoras que possuem o registro de pesca considera que a situação melhorou com o documento, vislumbrado como uma forma de afirmação e reconhecimento da sua condição de pescadora como expressou L. A. C, 26 anos: “melhorou pra mim, agora eu me considero como uma pescadora” e R. S. R. M., 42 anos destaca que:

*Pra mim mudou, porque é um comprovante que a gente como pescadora pra comprovar num órgão que a gente chegar e mostrar que a gente tem ou então quando a gente tiver na maré é tiver numa fiscalização porque hoje em dia tá tendo fiscalização na maré e a gente como comprovar alguma coisa” (R. S. R. M., 42 anos).*

Todavia, observamos que apesar do discurso inicial das mulheres pescadoras da Comunidade Porto Grande de que gostam da pesca enquanto atividade econômica que lhes confere renda, elas ainda clamam por maior visibilidade. O cenário atual apresenta outras inquietações que descrevem uma condição social precária do ponto de vista econômico que vislumbra na pesca a única alternativa para angariar renda. A entrevistada E. S. S, 34 anos, relata as dificuldades encontradas no mangue, especialmente, para as mulheres:

*Agora é ruim no mangal, é bucado ruim pra mulher, é ruim pra homem dirá pra mulher. A gente tem que fazer sapato de pano, calça comprida, camisa de manga comprida, de luva, só que a gente botar a luva na mão não dar pra gente pegar o náilon do laço pra armar, tem que tirar. [...] Eu acho bom pela uma parte porque é da onde a gente sobrevive, a gente sabe que vai armar aquele laço, eu vou porque eu vou pegar caranguejo, uns 60, 70 caranguejo, amanhã eu já vou contar com um dinheiro no bolso. A gente não quer depender só do marido, quer ter o dinheirinho da gente. A gente gosta de tá nessa coisa, porque não tem outro serviço pra gente, se tivesse outro serviço pra gente, eu acho que a gente não taria no mangal porque é um bucado ruim pra gente, porque a gente vai com caranguejo, leva caranguejo na cabeça, fica tudo suja, fica só o olho aparecendo mesmo. A gente vai com saco na cabeça, a gente cai, a gente se rala tudinho. É mutuca, tem um tempo que é carapanã, carapanã. (E. S. S, 34 anos).*

Além disso, as pescadoras apesar de argumentarem sobre a dureza das atividades vivenciadas e a ausência de alternativas apresentam também um discurso reconciliador com a atividade em questão ao argumentarem que ainda que tivessem opção, não deixariam a pesca, pois tem seu aspecto positivo, retratando uma relação de pertencimento ao espaço que as envolve com a pesca através de laços de sociabilidade.

Constatamos, portanto, uma relação contraditória entre as pescadoras e a pesca em que a atividade por sua própria condição se apresenta nociva à natureza feminina e ao mesmo tempo se apresenta indispensável ao consolidar e preservar os laços sociais. Vislumbramos essa relação também no que se refere ao sentimento de solidariedade com o manguezal por se constituir no espaço proveniente do seu sustento econômico. Mas uma vez, as condições ambientais difíceis do ambiente de trabalho e a feminilidade se confrontam.

Outra constatação se refere à noção de preservação do ecossistema de mangue. A preservação aparece de forma muito tênue na narração das mulheres. 64% das entrevistadas não conseguiram identificar nenhuma ação prejudicial ao ambiente decorrente do emprego de determinada técnica. Entretanto, 27% mencionaram ações humanas nocivas ao ambiente, decorrentes técnicas consideradas predatórias.

A pescadora E. S. S, 34 anos fala sobre o impacto causado pela rede: “eles fundiam a rede (toda pedrejada, fica no fundo), pega pescada, mas pega outros peixes pequeno, já sabe que não vai aproveitar, os peixes pequenos vão morrer”.

Dentre as exceções, encontram-se as pescadoras R. S. R. M., 42 anos e E. S. S.; 34 anos, as quais relataram preocupações com o ecossistema de manguezal e a preservação dos recursos naturais.

Tem coisa que prejudica, principalmente a garrafa PET. Tem gente que leva água, põem na garrafa PET, chega lá não leva seu saco de lixo, tem a sacola plástica que eles levam a merenda deles, a farinha, aí quando acaba. Tem uns que não que ainda tem a

consciência, leva seu saco, quando vem traz o lixo tudo dentro do saco pra terra. Tem uns que não, que só faz jogar lá mesmo dentro do mangal ou então joga na maré, então prejudica” (R. S. R. M., 42 anos).

*Tempo do soatar a gente não pode pegar, não pode botar qualquer tipo de rede, porque no caso assim, eu respeito, a minha irmã respeita não botar a rede” (E. S. S.; 34 anos).*

*Podemos inferir mediante trabalho de campo e análise das entrevistas que a pesca exercida pelas mulheres da comunidade Porto Grande, seja na captura de crustáceos como caranguejo e siri, na extração do turu ou na pesca do peixe se apresenta de forma bastante conflituosa por ser constituir em uma parte fundamental das relações sociais no presente espaço.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres trabalhadoras do ecossistema de manguezal da comunidade Porto Grande, município de São João da Ponta (Pará) buscam sua manutenção econômica por meio de diversos tipos de pesca que vai da captura do caranguejo à extração do turu. Os tipos de pesca são delimitados de acordo com o período do ano. Assim, no chamado “verão amazônico” (período mais seco, menos chuvoso), realizam a captura do caranguejo-uçá através da técnica do “laço”. Já no período conhecido como “inverno amazônico” (período mais chuvoso) realizam atividades como a pesca do siri e a pesca do peixe com tiradeira.

A pesca enquanto atividade produtiva envolve relações sociais que contribuem no processo de sociabilidade e solidariedade na comunidade. Todavia, diversas demandas surgiram no sentido de reconhecimento e alternativas menos exaustivas de trabalho, uma vez que a pesca por sua própria peculiaridade é caracterizada como uma atividade muito pesada fisicamente, tornando-se forçosa ao se contrapor a feminilidade das mulheres que apresentam sentimentos de gratidão e orgulho e também de vergonha pela situação que se encontram no seu ambiente de trabalho.

Ressaltamos que a contradição é um fato natural da existência humana, sendo de extrema importância para o desenvolvimento das relações sociais. Como observamos as mulheres ao mesmo tempo em que reclamam das dificuldades encontradas em seu ambiente de trabalho não desejam abandoná-lo por se constituir numa atividade produtiva que fomenta as relações sociais e fortalece a constituição de uma identidade, a saber: a das catadoras de caranguejo do Porto Grande.

Para tanto, ressaltamos também a importância do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o público em questão. Além disso, as reivindicações das pescadoras perpassam pelo reconhecimento do seu papel no contexto em que estão inseridas por meio de ações que possam contemplá-las. Um bom exemplo de ações desenvolvidas no âmbito da RESEX e que alcançou reconhecimento por elas foram as ações de extensão desenvolvidas pela Universidade Federal do Pará.

## REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, N. J. R. **Saberes e práticas tradicionais:** população pesqueira extrativista da vila Sorriso-São Caetano de Odivelas/PA. (Dissertação). 108 f. PPGEDAM/NUMA, 2012.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. **Dispõe sobre a Política Nacional**

**de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.**

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012.** Institui o novo Código Florestal Brasileiro.

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa nº 6 de 29 de junho de 2012.** Dispõe sobre os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de Pescador Profissional no âmbito do Ministério da Pesca e Aquicultura

CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social.** (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação de Geografia Física da Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2001.

CUNHA, A. S. ROCHA, N. S. A. MORAES, S. C. O processo de gestão de pescadores artesanais a partir do trabalho feminino na comunidade Segredinho/Capanema-PA. Anais do V Encontro da Rede de Estudos Rurais, Belém, 2012.

\_\_\_\_\_. A mulher na pesca: de interdito cultural a agente sócio-produtiva. Anais do II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte. Belém, 2010.

CUNHA, A. S. **Fragmento de território de pesca na Amazônia: Comunidade Segredinho/Capanema-PA.** (Dissertação). 144 f. PPGEDAM/NUMA, 2011.

FASSARELA, S. S. O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino. **Ser Social**, Brasília, v. 10, n 23, 2008.

FENZL, N.; MACHADO, J. A. C. **A sustentabilidade de sistemas complexos: conceitos básicos para uma ciência do desenvolvimento sustentável – aspectos teóricos e práticos.** 1ª ed. Belém: NUMA – UFPA, 2009.

FERREIRA, M. B. P. MEDEIROS, L. T. B. SILVA, M. O geoprocessamento como ferramenta à análise do uso e cobertura da terra no município de São João da Ponta- PA: subsídios ao monitoramento de uma Unidade de Conservação. **Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR**, Curitiba, PR, Brasil, 30 de abril a 05 de maio de 2011, INPE p.4476, 2011

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** Cortez, 2001.

MALDONADO, S. C. **Pescadores de mar.** Rio de Janeiro: Ática, 1986.

MANESCHY, M. C. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia.** Belém, v. 11, n. 02. p. 145-166, 1995.

MORAES, S. C. **Saberes da pesca: uma arqueologia da ciência da tradição.** Natal, 2005.

\_\_\_\_\_. Conhecimentos tradicionais na pesca artesanal. **Ateliê Geográfico Goiânia-GO** v. 5, n. 2 agos/2011 p. 88-105.

NUNES DA SILVA, C. **Geotecnologias aplicadas ao ordenamento territorial pesqueiro.** (Tese de Doutorado em Ecologia Aquática e Pesca) Belém: PPGEAP/UFPA, 2012.

PROST, M. T. R. C. REBELO, B. V. Variabilidade fito-espacial de manguezais litorâneos e dinâmica costeira: exemplos da Guiana Francesa, Amapá e Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências da Terra** 8, 1996. a Lei 12.651 de 25 de maio de 2012.

SILVA, C. B. D. **Gestão ambiental: uma análise das ações da colônia de pescadores Z-04 enquanto ator social do processo de desenvolvimento local de São Caetano de**

Odivelas/PA. (Dissertação) PPGEDAM/NUMA, 2012.

SILVA, C. N. Cartografia das percepções ambientais-territoriais dos pescadores do estuário amazônico com utilização de instrumentos de geoinformação. **Revista Formação**, n.15 volume1 – p.118-128, 2008.

\_\_\_\_\_. A percepção territorial-ambiental em zonas de Pesca. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 2, n. 3, p. 25-32, set-dez. 2007.

\_\_\_\_\_. **Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara, Breves – PA**. (Dissertação) Belém: PPGEO/UFPA, 2006.